



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-264 – Vitória – ES

27 3357-7500

### ATA DA 1ª REUNIÃO DA CÂMARA DE EXTENSÃO 17 de março de 2017

No dia dezessete do mês de março do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se a Câmara de Extensão do Instituto Federal do Espírito Santo, sob a presidência do Pró-Reitor de Extensão, professor Renato Tannure Rotta de Almeida, com a presença dos seguintes membros: dos *campi* do Ifes, os senhores Katucha Marques Pereira, Paulo José Pereira de Oliveira, Jocélia Abreu Barcellos Vargas, Mariana Petri da Silva, Octávio Cavalari Júnior, Mardem Ribeiro Rocha Barbosa, Leandro Glaydson da Rocha Pinho, Waylson Zancanella Quartezani, Emanuel Carvalho de Assis, Vilácio Caldara Júnior, Cleidson da Silva Oliveira, Gilmar Luiz Vassoler, Evandro Siqueira, Cristiane Pereira Zdradek, Ednéia Nunes da Silva, Sérgio Carlos Zavaris, Dulcileia Marchesi Costa; do representante dos Gestores de Núcleo Incubadores do Ifes, Emmanuel Marques Silva; Fórum de Integração Escola-Empresa-Comunidade (FIEC), Andra Freitas Santos, Zâmora Cristina dos Santos; dos técnicos em assuntos educacionais/pedagogos, Helton Andrade Canhamaque; da proex, Christian Mariani Lucas dos Santos; dos convidados, Anna Christina A. Corrêa, Lara Rios Bueno, Erick Bernabé Zanelato, Wanessa Gonçalves dos Santos, Adriane Bernardo de Oliveira Moreira, Jervan Barcelos, Geraldo Gonçalves. Renato agradece a presença de todos e apresenta os convidados, Jervan e Geraldo, da Associação do Ensino Técnico (AET) ligada ao SINTEC. Renato solicita mudança na ordem de discussão da pauta, não há objeções. Após ajustes segue a pauta: **1) Regulamento de Patrocínio; 2) Informes; 3) Regulamento de Cursos de Extensão; 4) Alteração da Orientação Normativa 01/2016 – formulários de cadastro e formas de avaliação de propostas e relatórios; 5) Regulamento para criação de núcleos de extensão do Ifes.** O pró-reitor inicia o **item 1**, Regulamento de Patrocínio, menciona que o documento já está em pauta a algum tempo para apreciação de todos, diz que surgiu algumas dúvidas dentre elas a cobrança de taxa ao cidadão para execução de cursos no Ifes. Renato diz que a cobrança de taxa é permitida, no entanto, em sua opinião, deve ser o último recurso, pois dificulta o acesso do público às ações do Ifes, e enfatiza a necessidade de mais esforço na captação de patrocínios como providências anteriores. Ele passa a palavra a Lara, servidora da Assessoria de Comunicação Social que também participou da elaboração do documento. Lara diz que a primeira contribuição foi diferenciar os termos apoio e patrocínio, ela explica os termos. Em seguida Lara sugere maior facilidade na tramitação do processo dentro do *campus*, propôs sempre um servidor da comunicação no processo de avaliação do edital, pois a contrapartida de um patrocínio e de um apoio é a publicidade, e o *campus* que não tiver a pessoa de comunicação pode solicitar o apoio da Assessoria de Comunicação da Reitoria. Renato diz que a autonomia administrativa é para agilizar o processo e sugere no Art 4º onde lê-se “*O processo deverá ser encaminhado à Pró-Reitoria relacionada com a área do objeto de interesse*”, leia-se “*O processo deverá ser encaminhado à Diretoria do Campus relacionada*

com a natureza do objeto de interesse”, também sugere no Art. 6º onde lê-se “*pró-reitoria*” leia-se “*diretoria do campus*”, ele menciona que é possível contratar a fundação para gestão de recursos maiores. Lara diz que o regulamento prioriza as instituições que oferecerão apoio, ela ressalta a necessidade da publicidade do edital de patrocínio, pois a ideia é deixar livre para participação de qualquer empresa. Renato menciona a possibilidade de abatimento de imposto de renda no caso de pessoas físicas e jurídicas, de acordo com a legislação fiscal vigente, e isso aumenta a procura dos patrocinadores. Lara diz que o regulamento de patrocínio unifica o processo em todos os *campi*, diz que a assessoria de comunicação da Reitoria está a disposição. Não há objeções. Adriana pergunta quanto a recursos de patrocínio menores, Renato responde que os valores menores não podem ser pagos direto ao servidor devem ser pagos em conta da união. Adriana diz que o empresário leva o recurso da premiação e passa no dia do evento direto a pessoa ganhadora. Renato diz que não vê problemas quanto a premiação pois passa do patrocinador direto para a pessoa que foi selecionada, não passa pelo Ifes, Lara ressalta que a premiação está prevista como apoio. Renato diz que pode ser feita uma consulta para verificar se a premiação em dinheiro abre algum tipo de precedente, Lara diz que é importante abrir o edital para uma chamada pública, pois a empresa que dará o prêmio terá sua publicidade no evento. A câmara discute e definem que o processo será conduzido inteiramente pelos *campi*. Renato passa ao Art. 23 que trata sobre a vedação de publicidade de algumas empresas, uma delas seria empresas relacionada aos defensivos agrícolas, Renato pergunta aos membros se concordam com esta vedação pois os defensivos agrícolas não são proibidos desde que utilizados da maneira adequada, menciona que há casos de empresas envolvidas na fabricação e venda de defensivos agrícolas que tem envolvimento com os *campi*, principalmente na área rural, ele pede a opinião da câmara pois vai impactar em captações que estão concorrendo. Lara explica que a definição no art.23 é referente a primeira versão que a assessoria de comunicação recebeu para fazer as alterações e diz não ter conhecimento se é viável ou não permanecer no documento. Leandro diz que há uma discussão ampla sobre o assunto, ele diz que hoje o defensivo agrícola é um aliado do produtor rural quando usado na forma correta. Waylson diz que existem muitas empresas representantes comerciais desses produtos, algumas comercializam também fertilizantes e insumos. Vilácio menciona que a imagem pública dos defensivos agrícolas não é boa, no entanto, essas marcas fomentam eventos técnicos científicos da área em qualquer lugar do país, ele diz que devemos pensar se estamos fazendo o edital para o público em geral ou para os parceiros do Ifes. O Pró-Reitor diz também que ficou em dúvida, pois não é da área, quanto a vedação de patrocínio de empresas relacionadas a medicamentos e terapias, assim, ele sugere buscar a legislação referente a medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, ele ressalta que a vedação de patrocínio para essas empresas pode restringir um evento que nos mesmos fazemos no processo institucional. A câmara define realizar uma consulta a procuradoria e se não houver nenhuma restrição legal será retirada a vedação da vinculação dos três ramos de empresas: defensivos agrícolas, medicamentos e terapias, em seguida a proposta é aprovada. Renato inicia o **item 2**, Informes, apresentando Geraldo e Jervan, membros da Associação do Ensino Técnico do Espírito Santo (AET), que buscam uma aproximação com o Ifes, Renato diz que é uma oportunidade na área de extensão em educação voltada para os egressos dos cursos técnicos. Jervan diz que a associação nasceu a partir de uma necessidade do SINTEC, sindicato dos técnicos, menciona que a melhor maneira de se apresentarem a sociedade é participar de parcerias e fóruns, faz um preâmbulo sobre a história do AET. Jervan diz que a intenção é a melhoria do ensino técnico onde o AET pode colaborar com oficinas, mini cursos e palestras

de todo tipo inclusive motivacionais, a intenção é trazer vivência e experiência aos alunos, ele agradece a oportunidade e diz que em breve entrará em contato com os *campi* para formação de parcerias. Geraldo diz que há um anseio dos profissionais experientes em retornar a escola e também existe a necessidade dos cursistas em perceber o mercado de trabalho através da experiência dos egressos. Jervan diz que a motivação ocorre tanto para alunos quanto para egressos aposentados. Renato diz que enxerga uma interação com o AET e SINTEC no primeiro momento com o acompanhamento de egresso pois não há ideia, neste contexto, dos egressos que passaram pela instituição, ele diz ainda que o SINTEC e a AET tem uma visão ampla quanto a necessidade de formação continuada do profissional pois estão inseridos no campo de trabalho dos técnicos, Renato diz ainda que a parceria com pessoas que desenvolvem treinamento dentro do ambiente de trabalho é uma possibilidade objetiva de curso de extensão focada nas necessidades das organizações em geral. Renato pede aos convidados que encaminhem seus contatos por e-mail para repassar a câmara. No **item 3**, Regulamento de Cursos de Extensão, Renato relembra as discussões já realizadas para definição e caracterização dos cursos de extensão, ele ressalta que a essência das ações devem ser mantidas na sua natureza para gerar indicadores corretos, assim é importante estar clara a identidade dos cursos de extensão para criação do regulamento, Renato diz ser este o primeiro desafio. O Pró-Reitor diz também que um segundo desafio seria ter modelos pedagógicos dos cursos que se ajustem as características extensionistas e sejam padronizados. Renato diz que é importante saber como se lida com vários cursos de estruturas e formações diferentes. Em seguida ele diz que um terceiro desafio seria quanto aos cursos não presenciais, ele enfatiza que o Cefor tem amplo domínio para elaborar esta modalidade de curso, ele apresenta Dulciléia como coordenadora de extensão do Cefor e menciona que conta com sua ajuda para a definição dos cursos de extensão à distância. Octávio pergunta sobre carga horária dos cursos de extensão e o cadastro no sistec, Renato menciona que precisa obter mais conhecimento sobre o assunto e responde dentro do seu conhecimento. Renato diz que a matrícula é o principal indicador para o MEC, no entanto, já tem questionado ao MEC que o impacto social das ações de extensão vai além das matrículas e é preciso mostrar a importância da Extensão no cadastro de indicadores. Anna retoma e diz que foram encaminhadas somente duas contribuições para o regulamento de cursos de extensão, e fala que aprovar o documento hoje é complicado e sugere mais prazo para apreciação, ocorre uma ampla discussão, e acatam a proposta de um prazo maior para análise do documento. Renato diz que pedirá a Anna para cobrar aos gestores o retorno a cada 15 dias. Anna pede a Elton, representante dos pedagogos, ajuda dos colegas pedagogos e também professores que ofertam cursos para contribuir para o regulamento. Anna diz que surgiram novidades quanto a cursos a distância e especialização de nível técnico, ela menciona que está buscando a legislação vigente para que tenha melhor definição. Ela diz ainda que a pró-reitoria de ensino solicita a aprovação dos cursos de especialização ou aperfeiçoamento em suas respectivas câmaras e devemos pensar se também será dessa forma para extensão. Anna levanta questão de cursos com carga horária mais baixas terem uma tramitação mais rápida diferente do descrito na orientação normativa (ON) e pergunta se é possível alteração na ON, Renato diz que em termos de tramitação em geral ele considera a estrutura simples, Anna pergunta se um curso de 16 horas teria que tramitar até a Proex, Renato diz que o evento de um dia tramita, segundo as normativas vigentes. Em seguida Renato diz que a avaliação pedagógica realizada pela assessoria pedagógica da Proex, que hoje é somente a Anna Christina, seria melhor descentralizar aos *campi* para não criar gargalos pois os profissionais habilitados também estão nos *campi*. Ele ressalta a

importância de colaboração do CRA e da assessoria pedagógica nos *campi*. Renato pergunta se é possível avançar na integração dos setores de extensão com os setores pedagógicos dos *campi* pois é algo relacionado a ensinar e aprender e a demanda dividida por *campus* não é excessiva. A câmara discute sobre a redação dos projetos. Emmanuel diz que é importante este processo da construção da extensão nos *campi*, pois o curso passa a ter referência. Renato ressalta que a ideia é construção conjunta. Anna sugere abrir uma discussão no Fórum de Gestão Pedagógica para iniciar a discussão sobre o regulamento e buscar maior integração, Renato ressalta a importância de envolver o CRA. Katucha menciona que para avaliar os projetos de extensão é necessário seguir um fluxo e os critérios devem ser unificados, diz que o regulamento tem essa finalidade, menciona que é importante falar com o núcleo pedagógico para construção desses critérios, Renato diz que a avaliação pedagógica é específica e a ajuda dos pedagogos é importante, Anna diz que os *campi* que não tem pedagogos e TAE's a Assessoria Pedagógica da Proex pode ajudar. Em seguida Renato faz um breve resumo das deliberações: a construção de um diálogo com o Fórum de Gestão Pedagógica e com os NGP dos *campi* para descentralizar as avaliações pedagógicas e assim corroborar com a agilidade, e também discutir nos *campi* a questão de definir um instrumento de avaliação ou requisitos para análise dos projetos pedagógicos de extensão. Fica aberto um novo período para as contribuições do regulamento, é uma consulta ampla e tudo pode ser discutido. Renato passa ao **item 4**, Alteração da Orientação Normativa 01/2016 – formulários de cadastro e formulários de avaliação de propostas e relatórios, menciona que foram dois pontos críticos levantados na última reunião da câmara, dessa forma, foi realizada uma reunião com o comitê do Paex para sugerir alterações de simplificar sem prejudicar o estabelecimento de regras. Renato apresenta as propostas de alteração no formulário de cadastro sugeridas pelo comitê do Paex: no item II caracterização – abrangência - retira-se a ideia de quantidade dos municípios atendidos e mantêm-se a descrição de quais municípios serão atendidos, dessa forma, gera uma informação mais útil se tratando de indicador. Em seguida também retira a pergunta quanto a limite de vagas e processo de inscrição pois não era utilizado, a caracterização das ações vinculadas de programas e projetos se tornam cada vez mais fundamental. Quanto ao orçamento tinha duas tabelas sugeriu-se a retirada da parte dos recursos disponíveis e agregou em uma só tabela descrita como fonte de recursos financeiros (estimativa). Referente a área de interesse, no formulário de cadastro, foi feita a retirada das áreas de conhecimento do CNPq pois não eram utilizadas e manteve-se as áreas temáticas de extensão para classificação. Mardem sugere colocar no plural, no item área de atuação/interesse o termo área temática pois pode atingir mais de uma área de interesse, Renato diz que a princípio era apenas uma área a ser escolhida mas pede sugestão dos membros, Renato explica que a divisão entre área temática de extensão principal e área temática de extensão secundária é necessária para gerar indicador, o grupo discute o tema, em seguida Renato pergunta se pode limitar em até três áreas temáticas, todos concordam. No item III qualificação de público-alvo incluiu a pergunta se compreende grupos sociais em situações de vulnerabilidade, Waylson pergunta como distinguir os grupos em situação de vulnerabilidade. Renato fala da integração nos projetos sociais e menciona a participação da Wanessa neste contexto, o grupo discute o tema, Renato diz que seria importante uma capacitação para este assunto, Waylson sugere verificar a inscrição do cidadão na bolsa família e utilizar como critério, Renato diz que alguns grupos não tem comprovação. No item III, público-alvo e parcerias, foi retirado o item sobre parceria interna e as parcerias externas mantidas para perceber os diálogos e histórico entre os parceiros As parcerias internas seriam indicadas com a inserção do campo “Campus” para cada membro

da equipe executora, na tabela relacionada. O grupo questiona sobre atualização da proposta, caso seja necessário, Renato diz que se a mudança for pequena é só solicitar atualização, mas caso haja uma modificação grande terá que passar por nova avaliação. No item IV, detalhamento da proposta, Renato diz que houve a sugestão, na reunião do comitê do Paex, da troca do termo justificativa por motivação, o grupo decide manter o termo justificativa por ser mais usual. Renato fala sobre a modificação na organização do documento e uma metodologia voltada para extensão. Fala também do atingimento de metas através de parâmetros mensuráveis. Fala sobre a publicação de artigos e produtos extensionistas. Ainda no item IV, fala sobre instalações, equipamentos e materiais disponíveis para execução do programa, Renato menciona que o comitê sugeriu a retirada deste item pois para análise da Pró-Reitoria não tem utilidade efetiva, mas se for importante para o *campus* pode ser mantido. A câmara realiza uma ampla discussão e definem manter o item após perceberem sua importância. Surgem dois encaminhamentos: 1º deixar o item como está para que o proponente descreva o que seja necessário para que se crie um histórico do que é necessário para realização da ação independente de estar disponível ou não, 2º perguntar ao proponente se tudo que ele precisa está disponível, sim ou não, e escrever abaixo o que precisa e ainda não está disponível. Os membros discutem sobre a diversidade de itens que podem ser solicitados, Waylson diz que os gestores estão com medo de se responsabilizar pela aquisição dos materiais descritos na proposta, mas ele diz que a ajuda do gestor é orientar o coordenador nas possíveis compras. Decide-se manter o item como está, com redação livre pelo proponente, para que seja mais simples e flexível a forma de apresentação das informações, cabendo detalhamento por demanda do gestor de extensão do campus ao proponente sempre que necessário. Renato continua e diz que a bibliografia sugeriu-se a retirada, o item divulgação se manteve sugerindo os tipos de contato: endereço de e-mail, endereço postal, página na internet, identificação em mídias sociais etc., para facilitar o entendimento. No item equipe executora incluiu-se especificar o *campus* se for do Ifes. Mardem sugere na área da equipe executora incluir a área de formação do profissional, os membros discutem a proposta, Gilmar pede para ser opcional o preenchimento, Renato faz uma votação e definem manter sem alterações. O formulário de cadastro é aprovado pela câmara. Renato passa ao formulário de relatório diz que ainda não havia sido reformulado, estava na primeira versão, na versão experimental. Renato diz que no item I, identificação, é breve pois o documento compõe o processo. No item II, informações gerais, Renato ressalta que o formulário de relatório de execução trata do que efetivamente foi realizado, assim, trata da abrangência referente a municípios atendidos e *campi* envolvidos. Renato continua no item III, a sugestão é público atendido e parceiros envolvidos e o público-alvo efetivamente atendido, ele ressalta que o formulário de relatório não é uma cópia do formulário de cadastro dessa forma há possibilidade que o público-alvo não seja completamente envolvido conforme as estimativas. Parcerias internas foram retiradas, nas parcerias externas substitui a coluna de sim e não quanto a contrapartida e insere uma coluna livre: descrição das contribuições/ contrapartidas dos parceiros na execução das atividades. Renato diz que alinha a participação dos parceiros e cria um histórico. No item IV, detalhamento das atividades realizadas e resultados atingidos, há duas possibilidades: 1º utilizar a mesma estrutura do formulário de cadastro para descrever a execução de cada atividade que foi planejada; 2º colocar um campo de texto para que o proponente discorra mais livremente sobre as atividades realizadas. Após votação fica decidido pela alternativa 1. De acordo com o comitê do Paex foi sugerido a retirada do cronograma de execução das atividades realizadas e também a retirada da comparação entre as atividades previstas e as atividades

executadas, no entanto, mantêm-se a comparação entre os resultados e metas esperados e os obtidos. O resultado das avaliações foi mantido e Renato diz que pode ser feito de forma geral. Ele menciona que o formulário ficou mais objetivo, todos concordam e aprovam a proposta. O Pró-Reitor inicia o **item 5**, Regulamento para criação de núcleos de extensão, ele pergunta aos membros se lembram da orientação normativa 01/2015 criada para os núcleos de arte e cultura do Ifes a ideia é utilizar como base esta orientação normativa para criação do regulamento de núcleos de extensão, passar pelas instâncias e virar uma resolução para que seja possível criar qualquer núcleo de extensão com o mesmo procedimento. O núcleo terá um regulamento aprovado pelo conselho de gestão implantado o núcleo por meio de portaria, depois os elementos se reúnem e apresentam o elemento de ação bianual existe pelo menos um projeto ou um programa de extensão, dessa forma abre o caminho e cria uma comissão de implantação, uma portaria de implantação e um plano de ação que será elaborado e executado após as aprovações para qualquer núcleo, todos concordam com a proposta, diz que encaminhará por e-mail o documento para validação e em seguida enviará ao CEPE, Renato diz que aprovada por e-mail já será publicada como a orientação normativa 01/2017 e encaminhada minuta de resolução ao CEPE e colégio dirigentes. Gilmar diz que o NAC virou um setor no Ifes e pergunta se os novos núcleos seriam setores, Renato diz que essa é a ideia. Eu, Andressa Freire Ramos Couto, lavrei a presente ata, submetida à aprovação de todos os presentes. Vitória, dezessete de março de dois mil e dezessete.

<b>Presidente</b>		
Pró – Reitor de Extensão	Renato Tannure Rotta de Almeida	
<b>Membros representantes dos campi</b>		
Barra de São Francisco	Katucha Marques Pereira	
Cachoeiro de Itapemirim	Paulo José Pereira de Oliveira	
Cariacica	Jocélia Abreu Barcellos Vargas	
Centro-Serrano	Mariana Petri da Silva	
Colatina	Octávio Cavalari Júnior	
Ibatiba	Mardem Ribeiro Rocha	
Itapina	Leandro G. da Rocha Pinho	
Montanha	Waylson Zancanella Quarteza	
Nova Venécia	Emanuel Carvalho de Assis	
Santa Teresa	Vilácio Caldara Júnior	
São Mateus	Cleudson da Silva Oliveira	
Serra	Gilmar Luiz Vassoler	
Venda Nova	Evandro Siqueira	
Vila Velha	Cristiane Pereira Zdradek	
Viana	Ednéia Nunes da Silva	
Vitória	Sérgio Carlos Zavaris	
CEFOR	Dulcileia Marchesi Costa	
<b>Representante dos Técnicos em Assuntos Educacionais/Pedagogos</b>		
Helton Andrade Canhamaque		
<b>Representantes do FIEC</b>		
Andra Freitas Santos		

Zâmora Cristina dos Santos	
<b>Representante dos Gestores de Núcleo Incubadores do Ifes</b>	
Emanuel Marques Silva	
<b>Representante da Proex</b>	
Christian Mariani Lucas dos Santos	